

**Curso Superior de Gestão Pública
INGRESSANTES DE 2025.2**

SEM	DISCIPLINAS	CH
1º	Língua Portuguesa	80
	Direito Constitucional	80
	Raciocínio Lógico e Informática	80
	Fundamentos de Administração	80
	Fundamentos de Contabilidade	80
	Linguagem Brasileira dos Sinais (Optativa)	(-80)
	TOTAL ⇒	400
Certificação: Auxiliar de Administração CBO 4110.10		
2º	Direito Administrativo	80
	Administração de Recursos Humanos	80
	Administração de Materiais e Logística	80
	Administração Financeira e Orçamentária	80
	Servidores Públicos e Legislação Correlata	80
	TOTAL ⇒	400
Certificação: Assistente de Administração CBO 4110.30		
3º	Métodos Quantitativos	80
	Políticas, Programas e Projeto	80
	Contabilidade de Custos	80
	Fundamentos de Economia-	80
	Atividade de Extensão: Prática de Gestão I (Empreendedorismo e Inovação)	80
	TOTAL ⇒	400
Certificação: Técnico em Administração 3513-05		
4º	Gestão Estratégica e Mercadológica	80
	Planejamento e Gestão Governamental	80
	Contabilidade e Finanças Pública	80
	Atividade de Extensão: Prática de Gestão II (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)	80
	TOTAL ⇒	320
Certificação: Analista Administrativo CBO 2521-05		
CARGA HORARIA DE SALA DE AULA		1360
CARGA HORARIA DE PRÁTICA DE EXTENSÃO		160
SUBTOTAL		1520
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		80
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO		1600
DIPLOMAÇÃO:TECNOLOGO EM GESTÃO PÚBLICA		

Disciplinas que apresentam os requisitos legais e normativos abaixo são: Fundamentos de Administração, Fundamentos de Administração de Materiais, Fundamentos de Administração de Recursos Humanos, Atividade de Extensão: Prática de Gestão I (Empreendedorismo e Inovação), Fundamentos de Economia, Políticas, Programas e Projetos, Gestão Estratégica e Mercadológica, Planejamento e Gestão Governamental e Atividade de Extensão: Prática de Gestão II (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Requisitos legais e normativos

as DCNs - Diretrizes Nacionais para a Educação o das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;

as DCNs- Diretrizes Nacionais para a Educação do MEC em relação a POLÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e;

as DCNs- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos